

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Sargento Damosiel
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

SUMÁRIO

Extrato de Contrato ao Processo nº 0.053/ALE/2012	2
Resoluções de Afastamentos nº 320 a 322/2012	2
Atos Legislativos	
Ata da 2120ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 NIURA CARDOSO DE SOUZA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

 VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DAPRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº. : 0.053/ALE/2012
 MODALIDADE – DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 24, INC. X,
 LEI 8.666/93.
 LOCADOR: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RORAIMA
 CNPJ: 34.808.220/0001-68
 LOCATÁRIO: SILVIO FERNANDES DOS REIS
 CPF: 023.536.397-98
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.01031012011/339036-101
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações
 posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 24/07/2012
 VIGÊNCIA: 01/08/2012 à 31/07/2013
 VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
 Boa Vista-RR, 25 de julho de 2012.
Aias Viana Bento
 Superintendente Administrativo

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA
R E S O L U Ç Ã O Nº 320/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

 DESIGNOU o afastamento das servidoras **MARIA FRANCISCA DE FARIAS QUEIROZ CASTRO, Assistente Parlamentar II** e **ANTONIA LOURETO CALHEIROS, Auxiliar Parlamentar IV**, para viajarem com destino a cidade de Brasília, no período de 09.07 a 14.07.2012, com a finalidade de participar da 9ª conferência nacional dos direitos da criança e do adolescente .

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 321/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

 1º **RETIFICAR** a Resolução nº 318/2012, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1387, de 25 de julho do ano em curso, que autorizou o afastamento do servidor **LUIZ CARLOS BITTENCOURT DA SILVA, Assessor Especial III da Mesa Diretora** para viajar com destino aos Municípios de Normandia, Uiramutã, Pacaraima e Amajari no período de 24.07 a 02.08.2012, a serviço deste Poder.

 2º **Onde se lê:** Palácio Antônio Martins, 18 de julho de 2012
Leia-se: Palácio Antônio Martins, 24 de julho de 2012.

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 322/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

 1º **RETIFICAR** a Resolução nº 319/2012, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1387, de 25 de julho do ano em curso, que autorizou o afastamento dos servidores **MARIA DE JESUS VELOSO DOS SANTOS, Aux Esp I MD** e **GILMAR ARAÚJO DE SOUZA, Assistente Especial**, para viajarem com destino ao município de Rorainópolis.

 2º **Onde se lê:** Palácio Antônio Martins, 18 de julho de 2012
Leia-se: Palácio Antônio Martins, 24 de julho de 2012.

Palácio Antônio Martins, 25 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA
ATA DA 2120ª SESSÃO, EM 22 DE MAIO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
=ORDINÁRIA=
**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA
(Em exercício)**

Às nove horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima vigésima Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, não há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo quórum regimental para abertura dos trabalhos, suspendo a sessão pelo tempo de 15 minutos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Marcelo Cabral) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO

.Mensagem Governamental nº 24, de 12/05/12, que fica o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2012, preceituada no art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da Constituição Estadual, combinado com o art. 1º, da Lei nº 769, de 05/04/10, para remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Administração Pública Estadual direta e Indireta.

EXTERNOS:

- Ofício nº 027/12, de 15/05/12, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, enviando CD com os Mapas Municipais Estatística de Roraima.

- Ofício nº 248/12, de 17/05/12, da Defensoria Pública de Roraima, encaminhando relatório das atividades desta Defensoria referente ao ano de 2011.

- Ofício nº 045/12, de 21/05/12, do Conselho Estadual de defesa dos Direitos dos Idosos de Roraima, solicitando a disponibilização do auditório para realização da Audiência Pública – Combate a Violência Contra a Pessoa Idosa, dia 15/06/12.

- Ofício nº 046/12, de 21/05/12, do Conselho Estadual de defesa dos Direitos dos Idosos de Roraima, solicitando informações referentes as Leis e/ou projetos voltados a Pessoa Idosa.

- Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado (Jalser Renier) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados, diante da massa de trabalhadores da saúde que se encontra nesta Casa, não poderíamos deixar de, nesta tribuna, pedir mais uma vez ao Secretário Leocádio, haja vista que já estivemos lá pessoalmente, eu e o Deputado Joaquim Ruiz, para que ele se sensibilize e discuta o plano de cargos e carreiras com os trabalhadores da saúde. Estivemos na Secretaria de Saúde, na semana passada, e ele nos informou que iria levar essa discussão para o Conselho de Saúde e, posteriormente, após a conclusão de uma minuta, que os técnicos da Secretaria estariam fazendo, iria submetê-la aos demais trabalhadores da saúde, embora nós saibamos que para a construção dos planos de cargos e carreira, de acordo com a legislação, tem ser feita uma ampla discussão com os trabalhadores, pois essa elaboração diz respeito a essa categoria. Sabemos que é difícil, porque os interesses, muitas vezes, são conflitantes entre categorias e o Poder Executivo, mas isso é parte da construção democrática. É dessa maneira que deve ser feito, não se pode negar acesso, não se pode negar informação às categorias de trabalhadores da saúde, ou a qualquer categoria que seja. Os trabalhadores precisam saber de que forma o plano está sendo feito, se os interesses estão sendo atendidos, o que é que estão definindo e, se essa minuta é a proposta final do governo, se será uma minuta ditatorial apenas para atender os interesses do Poder executivo, sem o mínimo de bom senso com a categoria dos trabalhadores. O que nós estamos pedindo à Secretaria de Saúde e ao Governo do Estado é que abra o diálogo com os servidores, pois não custa nada. O que custa trazer enfermeiros, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, cirurgiões dentistas para essa discussão? As categorias sabem onde estão as deficiências de cada uma delas. Deficiências da profissão em relação ao serviço que está sendo prestado, deficiência do poder que, muitas vezes, não dá condições dignas de trabalho aos trabalhadores, por isso, esse apelo que nós estamos fazendo agora na tribuna. Esperamos que a Secretaria de Saúde do Estado se sensibilize e abra esse diálogo com as diversas categorias da saúde, porque esse sistema é um sistema que se sustenta numa série de categorias de profissionais e, fazer isso de forma unilateral, acredito que seja um desrespeito com todos os trabalhadores da área da saúde.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Ionilson, além daquela reunião que nós tivemos na semana

passada com o Secretário, eu estive reunido como ele, discutindo sobre o prazo estipulado por lei, para que apresentasse o projeto para que nós pudéssemos votar aqui, o plano de cargos e salários. Então, o que ficou definido e acertado ontem, como o prazo está praticamente extinto, é que ele vai mandar a minuta do projeto e nós vamos, aqui na comissão, discuti-la com todos os segmentos interessados da saúde, porque aqui é onde tem que ser discutido mesmo. Então, todos eles vão ter voz e vão participar de tudo que está no projeto, de tudo que deverá ser alterado aqui na Comissão de Saúde. Dessa forma, ficou acertado ele deve mandar para cá e, nós vamos convidar todos os segmentos que compõem a saúde pública para daí sair o Projeto original de interesse dos sindicatos que formam a saúde do nosso Estado. Na nossa comissão, temos buscado o máximo de entendimento dentro das limitações orçamentárias estabelecidas. É um momento importante para discutirmos aqui, porque ainda não entrou a lei orçamentária do próximo exercício. Então, eu acredito que quando nós abrimos esse debate, todos vão ganhar porque terão a oportunidade de debater dentro de uma realidade do que vem do orçamento, aquilo que vai ser possível para que todos sejam beneficiados.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Obrigado, Deputado. Vossa excelência preside a Comissão de Saúde e faço parte dela na condição de vice-presidente. O Deputado Célio, que é médico, também faz parte da comissão. E, esperamos que, assim que a Secretaria de Saúde envie a minuta desse projeto, pelo menos possamos abrir para as audiências públicas com as diversas categorias a discussão dessa questão. Se isso fosse discutido no primeiro momento, na Secretaria de Saúde, como eles estavam pleiteando, talvez fosse mais fácil a construção do plano. Mas, já que a Secretaria acha que a Assembleia Legislativa é quem tem que fazer esse papel discutindo com as diversas categorias, nós não nos furtaremos dessa discussão. Fico feliz por Vossa Excelência presidir a Comissão e, quero dizer de público que estaremos convidando todos para as Audiências Públicas para discutirmos o Plano de Cargos e Salários.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Eu gostaria, inicialmente, de saudar Vossa Excelência e engrandecer seu pronunciamento em favor da saúde do nosso Estado, um dos direitos fundamentais. Quero aqui, em nome do enfermeiro Davi e do técnico de enfermagem Genival, saudar todos os profissionais de saúde que estão aqui, nesta Casa. Estivemos reunidos na Comissão de saúde, a qual o nobre Deputado Joaquim Ruiz preside, e a reivindicação primária é da classe de enfermagem como um todo, não é somente dos funcionários do raio x, dos maqueiros, dos técnicos de enfermagem, ou seja, daqueles que fazem realmente a saúde do nosso Estado e colocam a mão na massa quando o nosso povo mais necessita. A demanda inicial dessa classe é ser ouvida e participar efetivamente da construção dessa estruturação do Plano de Cargos e salários. E, nada mais justo. Não quero aqui ser arrogante quando digo que essa minuta que o nobre Secretário de Saúde quer mandar para esta Casa, para mim, não faz sentido. Nós não somos parlamentares para debater minuta de projeto, estamos aqui para receber o Projeto de Lei e trabalhar pela sua aprovação, fazer emendas. Agora, a minuta desse projeto não deve ser enviada para cá. Tudo bem que seja debatida em comissão com os profissionais, mas, eu não entendo porque o Secretário quer se furtar de ter na comissão esses profissionais que sabem realmente quais são seus direitos. Salvo me engano, o Secretário de Saúde é advogado tributarista, não entende muito de saúde, pois de saúde entendem os profissionais de saúde. Então, eu quero pedir do deputado Joaquim Ruiz que tem colaborado e nos recebido na comissão, tem recebido os profissionais para que seja feita uma comissão de quatro profissionais que representam os segmentos da saúde, para que possam participar efetivamente dessa reestruturação salarial e, a partir daí, possam até participar, na comissão de saúde, da definição dessa minuta. Aqui, nós vamos discutir o Projeto de Lei para sabermos se podemos emendar e reconhecer esses trabalhadores que trabalham dia e noite para salvar muitas vezes a vida dos cidadãos de Roraima que procuram o Hospital Geral e outras Unidades de Saúde. Então, a minha reivindicação é que Vossa Excelência intervenha junto ao Secretário de Saúde para que os profissionais de saúde possam participar da efetivação desse Projeto. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado, não vem minuta, vem o Projeto de Lei para debatermos aqui.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Obrigado, Deputado Brito. Uma das questões que nós levantamos lá é que tinha chegado a informação de que o Plano Cargos, Carreira e Salários dos médicos seria feito à parte, e não conjuntamente com os outros trabalhadores, mas a legislação não permite isso. Então, estivemos lá

e o Secretário de Saúde falou que não poderia diferenciar as classes e que os dos médicos seriam construídos conjuntamente com os dos demais trabalhadores. Então, menos mau. E, o que nós estamos pedindo realmente é tão somente isso, que se abra essa discussão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Damosiel-Deputado, eu queria lhe parabenizar pelo seu discurso. Quero me associar ao seu discurso e também fazer o nosso apelo para que as categorias, aqui representadas, possam participar da elaboração desse documento que chegará aqui. Todas às vezes que se troca o Secretário de Saúde, mandasse um Plano de Cargos e Salários para cá e criasse um monte de cargos comissionados, mas não valorizam as pessoas que realmente cuidam da saúde no nosso Estado que são os técnicos, os enfermeiros, os médicos. Então, eu queria dizer que eu não entendo o porque que o Secretário Leocádio, com tantos anos de experiência, já que por tantas secretarias passou, e acredito que não seria tão difícil, não chame dois ou três representantes de cada categoria para discutirem juntos. Pois seria muito mais fácil quando chegasse aqui para abriremos a discussão e termos uma aprovação mais rápida. Parabéns, Deputado. Eu me associo ao seu apelo para que o Governo se sensibilize e dê oportunidade a essas categorias de participar do plano que irá definir as suas vidas profissionais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Ionilson, quero contribuir com o pronunciamento de Vossa excelência dizendo a essa seleta plateia, constituída de profissionais da saúde, que esse Deputado que aqui vos fala tem alguma relação com a situação deles. Eu iniciei minha vida profissional na cidade como auxiliar de enfermagem. Trabalhei por quase 10 anos para poder concluir o curso superior, que era o meu objetivo, e poder sustentar minha família. Eu entendo que o pleito é mais do que justo. Todas as categorias têm direito a reivindicar o Plano de Cargos e Salários. Nós somos um Estado novo e há uma ansiedade natural quanto às carreiras, especialmente. E, tudo aquilo que se faz na pressa e à surdina, resulta sempre em imperfeição. Portanto, eu quero fazer um apelo para a categoria e dizer-lhes que esta Assembleia, constituída por um plenário de 24 Deputados, que não é de situação nem oposição isoladamente, vai aprovar o plano de vocês. Todos os Deputados desta Casa, depois de exaustivas discussões e reuniões, principalmente os que representam a situação, podem sim contribuir no processo, indo a quem de direito, ao Governador ou ao Doutor Leocádio insistir para que eles deem espaço para que a categoria participe do anteprojeto de lei a ser mandado a esta Casa. E, que ele venha representando em tudo o que possa os anseios da categoria, pois não é forma precipitada que nós vamos chegar a algum lugar, nem com acusações infundadas.

Eu quero dizer ao Deputado Brito que o doutor Leocádio é um homem altamente competente não só para ser Secretário de Saúde, mas para ocupar outros cargos relevantes. Não é uma simples acusação que vai denegrir a competência de um homem público. Então, era essa a contribuição que eu queria dar, dizendo a categoria, mais uma vez, que terá o apoio e o respaldo desta Casa em todas as fases do processo, desde que os profissionais estejam organizados de forma ordeira para agirem e interagirem conosco.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – Obrigado, Deputado. E, para encerrar, concedo um aparte ao Deputado Soldado Sampaio e, em seguida, concluo o meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Ionilson Sampaio, obrigado pelo aparte. Foi assunto de uma entrevista minha numa rádio do nosso Estado esse final de semana, essa política pessoal adotada pelo Governo para valorização do profissional, quando se trata da remuneração dos servidores. O Governador tem sido um desastre. Desde o primeiro dia do seu mandato até o dia de hoje, parece que ele não conseguiu ainda montar uma equipe que tenha a capacidade de cuidar da questão das reuniões. A atual política de valorização adotada por parte do Governo do Estado tem causado situações desconfortáveis, não só para esta Casa, como para os servidores e, principalmente, para a sociedade. Nós tivemos neste Governo 74% de reajuste para algumas categorias, 30% para as outras e nada para as demais. Olhem a forma que o Governo está conduzindo a política salarial do servidor! Por outro lado, dentro das próprias categorias, como a da Polícia Civil, há esse reflexo, onde os agentes tiveram 7% de reajuste e os delegados 42%. Parece-me que ele tem prazer de colocar, dentro da mesma categoria, um servidor contra o outro.

O Secretário de Saúde não tem que querer o Plano de Cargos e Salários, é dever dele encaminhá-lo para esta Casa o Plano de Cargos e Salários da Saúde, do qual eu acredito que ele é um homem de palavra, um homem respeitado neste Estado, pois ele já veio aqui e se

comprometeu que os traria. Ele já foi no Conselho Estadual de Saúde e se comprometeu também. Inclusive, uma das questões para as contas da saúde não serem aprovadas no Conselho de Saúde foi essa, no prazo de um ano, não elaboraram o Plano de Cargos e Salários da Saúde. Agora, é dever dele, como Secretário de Saúde, montar uma comissão paritária com a participação efetiva dos servidores. Esses servidores têm sindicatos, têm conselho, que possui pessoas capacitadas que podem discutir nesta Comissão. É um absurdo essa história de mandarem uma minuta para discutirmos aqui dentro. Ele já falou recentemente com os Policiais Civis, quando encaminhou a proposta do Plano de Cargos e Salários, que o Governo tem maioria nesta Casa, que não adiantava procurar Deputado de oposição, pois não iria fazer a menor diferença.

Não querem dar oportunidade aos profissionais de discutirem junto ao Executivo as propostas de elaboração do Plano de Cargos e Salários ou qualquer alteração do direito do servidor. E, quando encaminham o plano para esta Casa, já mandam um recado: Olha, não procurem Deputado de oposição, pois são todos irresponsáveis. Essas foram as palavras do Governador, segundo o relator de vários Policiais Civis. Não procurem Deputados de oposição, que nós não vamos aceitar emendas. E temos percebido que algumas emendas feitas por Deputados de oposição têm sido vetadas, simplesmente por questões políticas. Então, isso me preocupa. Eu acho que o Governador já tem tempo suficiente à frente desse Governo, já está mais do que experimentado, e não pode continuar cometendo equívocos sérios na política de valorização dos servidores. Isso tem acarretado um grande desgaste. E, mais uma vez, nós estamos a mercê de uma greve dos Policiais Civis, que têm toda razão, a qual eu já declaro o meu apoio de imediato. Nós estamos a mercê de uma greve dos servidores da saúde e, eles têm também o meu apoio, porque simplesmente o Governo do Estado não quer conversar.

Aqui não está sendo discutido, Deputado Ionilson Sampaio, nem o que está colocado no plano, se é para mais, se é para menos, mas sim o reconhecimento da categoria de participar de maneira efetiva da comissão paritária. É um direito legítimo, inclusive, faz parte de um pacto federativo, onde o Governo do Estado é consignatário pelo Ministério da Saúde. Então, fica aqui a nossa preocupação. Espero que a Comissão de Saúde continue atuante, como tem sido, principalmente junto à educação e, diga para o Secretário, para o Governador que nós queremos participar. É um dever que seja construído esse Plano de Cargos e Salários por comissão paritária para que, ao chegar nesta Casa, após ampla discussão, a gente aprove ou desaprove como está. Então, é esse o nosso posicionamento. Quero, desde já, parabenizar Vossa Excelência pelo discurso e dizer que pode contar com o nosso apoio. Independente de sermos oposição ou situação, queremos o bem-estar para a nossa sociedade e para a saúde do Estado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – Muito obrigado a todos. Encerramos aqui o nosso pronunciamento, fazendo mais uma vez um apelo ao Poder Executivo e a Secretaria de Saúde para que ouçam os trabalhadores quando forem discutir o Plano de Cargos e Carreiras, sejam eles da saúde ou de outras categorias, pois é direito legítimo e é uma questão de justiça com os trabalhadores deste Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores da área de saúde, o assunto que vou tratar aqui é outro, mas vou relembrar a história. Há um ano, a Secretaria de Saúde tinha o problema de um TAC, assinado com o Ministério Público, pois estava vencendo o período estabelecido. O Secretário Leocádio veio aqui, nesta Casa, discutiu conosco, mandou um projeto para absolver os remanescentes de um concurso público que ainda estavam no quadro de reservas e pediu um ano, isso está na lei, para a elaboração do novo plano de cargos, salários e carreiras para o sistema de saúde. Há poucos dias, o Secretário estava aqui, representando o Senhor Governador, e eu, de forma pública, cobre dele que enviasse o plano a este Poder porque, a partir desse plano, as vagas ainda necessárias seriam preenchidas através de concurso público. Lamentamos Senhores, porque até agora esse plano ainda não chegou. Ontem, eu tive a oportunidade de presenciar os enfermeiros questionando a não participação na elaboração desse plano. Vocês são os operadores do sistema de saúde, vocês fazem a saúde e precisam estar inseridos. Quando o plano aqui chegar, podem ter certeza que esta Casa vai ouvi-los para colher a opinião de vocês e fazer um plano com a maior justiça possível.

Senhores Deputados, eu, representando a comissão de obras desta Casa, juntamente com o Deputado Gabriel, nos deslocamos ao sul do Estado, diante das denúncias que recebemos ao longo desses dias, e visitamos várias vicinais em São Luiz do Anauá, Baliza e Caroebe,

mas algo me deixou extremamente estarecido, a RR-210 que liga o Baliza a BR-174 está sendo asfaltada com recursos de empréstimos do BNDES. Entretanto, até agora, só foram feitos 25 quilômetros de asfalto. E pasmem os Senhores, a partir do 12º quilômetro, o asfalto está se dissolvendo. Estão aqui as fotografias para provar, seis meses e o asfalto esta deteriorado. Essa obra está sendo feita com empréstimo que a sociedade vai pagar e, a durabilidade do asfalto tem que ser de mais de 10 anos. Isso é concreto, betuminoso, usinado quente, por isso tem que ter uma durabilidade de pelo menos 10 anos. Nós já chamamos aqui os técnicos da Secretaria de Infraestrutura para vir a comissão de obras explicar o porquê disso, pois a reconstrução desse trecho é bastante longo e já está absolutamente comprometido. Também observamos algo que é inconcebível, o asfalto da 210 tem mais de 10 anos, conseqüentemente, já está pelo tempo desgastado, deteriorado, sem resistência e, eles continuam insistindo em tampar os buracos. Isso é um crime, é jogar dinheiro fora, é como dizia o ex-Deputado Berinho, é colocar sal em carne podre, pois se perde o sal e a carne. É inconcebível o que vimos lá. Melhor seria que fizessem como está sendo feito em outros trechos, onde estão tirando o asfalto que está esburacado e simplesmente colocando piçarra, nivelando, compactando, o que dá uma trafegabilidade satisfatória sim, muito melhor do que aquele asfalto que está lá, pois amanhã, quando forem fazer um novo pavimento asfáltico, já haverá a base. Portanto, a aplicação daquele asfalto não tem nenhuma justificativa, porque, por mais que o buraco que ele tampe tenha um grau de resistência, o asfalto em torno do buraco tem uma resistência infinitamente menor. Aquilo é trabalho para passarmos lá daqui a 20 dias e vermos novamente em torno dos buracos tampados, novos buracos. Visitamos no Caroebe, outra vicinal que era para estar asfaltada, pelo menos é isso que mostra a propaganda do governo, a 34, mas não há um metro de asfalto, há simplesmente 4 quilômetros de terraplanagem, daí para frente, ela é um atoleiro sem fim. As pessoas não têm como tirar suas produções, os pais não têm como levar o filho à escola. Os nossos alunos das vicinais, infelizmente, estão perdendo a maioria dos dias do ano letivo, e depois, o sistema os aprova, mas cadê o conhecimento, o aprendizado. Como eles vão estar preparados para competirem quando for necessário fazerem um concurso se eles não receberam as aulas devidas? Visitamos também a 05, que deveria estar asfaltada, mas não há um metro de asfalto, da mesma forma, mais na frente encontramos atoleiros, jovens pegando pedras na 34 para levar para 37 com uma pá carregadeira de uma serraria que colhe madeira, espalhando essas pedras para combater atoleiros, porque os alunos não estão conseguindo chegar nas escolas. Em São Luiz, nós andamos na 14, 18, 19 e 21, todas elas em situação absolutamente precária, e o que as famílias mais reclamam, além de não escoarem suas produções, é dos alunos não estarem indo às escolas, e não é maldade do motorista do transporte escolar não, é falta de trafegabilidade. Na Baliza, estivemos na 26, pois devido muitas denúncias priorizamos a ela, e lamentamos porque sabemos da inviabilidade daquela vicinal para o escoamento da produção, especialmente da banana que vai para Manaus. Lamentamos profundamente vermos o dinheiro, fruto de empréstimo que esta Casa aprovou, ser jogado fora porque em 6 meses o asfalto estar deteriorando. A primeira camada de asfalto posta depois de Vista Alegre, na BR - 174 que tem 3, 4 meses, está cheia de buracos. Conversando com o Deputado Remídio, ele relatou que a Deuchele disse que essa é somente a primeira camada, mas a primeira camada não pode ter comprometimento, porque se tiver, ela vai comprometer a segunda. Isso não tem justificativa, é comprometimento de qualidade, está faltando algum componente na composição do concreto, porque o asfalto não pode dissolver dessa forma.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Assim como Vossa Excelência, também estive nesse final de semana no interior do Estado visitando a região do Taboca, vicinais 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8. Aquilo é um sofrimento, uma falta de respeito muito grande com o nosso povo, é incentivar os colonos a abandonarem seus lotes e virem para a cidade aumentar mais ainda a fila dos desempregados na nossa capital. Foi recuperada a vicinal da Taboca até a comunidade Três Progressos não faz 3 meses e, tem máquina da empresa que ainda está lá e talvez não volte porque a estrada não tem condições de trafegabilidade, há menos de 3 meses foi recuperada e já tem atoleiros enormes. É preocupante, é triste a forma como estão gastando o nosso dinheiro com esse discurso de que é o governador está asfaltando as vicinais, pois do jeito que recuperou aquela vicinal, não resolve, é simplesmente uma lavagem de dinheiro público. A menos de 3 meses foram recuperadas, as máquinas ainda estão lá e a estrada já não presta

mais, basta dar meia hora de chuva, que já é o suficiente para não transitar mais veículo nenhum. Inclusive, Deputado Flamarion, virão 14 lideranças da região da Taboca para esta Casa, estamos providenciando veículos para ir buscá-los e, queremos falar com Vossa Excelência e com o Presidente da Comissão de Obras, já marcamos com os Secretários de Obras, de Agricultura e com a Secretária de Educação do Estado, porque lá há crianças da 5ª e 6ª séries que estão a 2, 3 meses sem aula porque o transporte escolar não funciona e, às vezes, não funciona com razão, pois não existe a menor condição dos carros transitarem naquelas vicinais. É um descalço total. Conversei com crianças que nos últimos dois meses assistiram um dia de aula, porque estão andando 4, 5 quilômetros em moto, jirico para chegar em outra vicinal para tentar pegar o transporte escolar. E, os produtos agrícolas que estão sendo produzido naquela região, tomates de primeira qualidade, banana, cupuaçu, tudo perdido, os caminhões de feira não vão mais até lá porque não conseguem transitar nas vicinais. Isso tem causado um prejuízo muito grande. As pessoas estão querendo vender seus lotes nos assentamentos porque não têm condições de permanecer no local. Então, Deputado Flamarion, queremos saber qual foi a empresa que fez aquela obra, qual era a especificação técnica para recuperação daquela vicinal, porque simplesmente passaram uma máquina raspando, fazendo uma vala e colocaram um barro vermelho que quando chove, fica muito pior quando estava antes.

E, quero pedir o vosso apoio enquanto comissão para receber essa comitiva de moradores dessas vicinais da região do Taboca e vamos junto, se for o caso, falar com o Secretário de Obras para apurarmos e encaminharmos para o Ministério Público o nome da empresa que fez aquela recuperação, principalmente por causa das más condições daquelas vicinais na região do Taboca.

Então, desde de já agradeço pela colaboração no dia de amanhã.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Deputado Sampaio, hoje, às 16:30 horas, vamos ter uma reunião da Comissão de Obras juntamente com os técnicos da Secretaria de Infraestrutura. Se Vossa Excelência puder vir, já é o momento para nós discutirmos isso.

E, quero dizer aos nobres pares e ao público presente que somos plenamente favoráveis ao programa de vicinais. Nós aplaudimos esse programa e entendemos que as empresas existem para ganhar dinheiro aqui, ou em qualquer parte do planeta, mas entendemos também que a empresa, ao pegar um serviço, ao assinar o contrato, ela tem a obrigação de realizar a obra dentro da especificação e fazer esse serviço com qualidade. O que nós estamos questionando aqui, é a qualidade do serviço executado, nada contra o asfaltamento, nós aplaudimos o asfaltamento, agora, não podemos aceitar um asfalto que era para durar 10 anos, com seis meses está se dissolvendo.

Aparte concedido ao senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputado Flamarion, quero parabenizar Vossa Excelência por esse pronunciamento e lembrar aos nobres pares que há mais de um ano venho fazendo um alerta em relação a essas vicinais, tanto a vicina TP4, 05, 18, 19 do São Luiz do Anauá, quanto a 26, mas infelizmente não nos escutam. O Deputado Remídio me falou em dezembro do ano passado, que essa emenda da vicinal 18 era dele. Os alunos estão sem aula porque a estrada não é trafegável e, no Rio Anauá, na vicinal que dá acesso à Serra Dourada, do mesmo jeito, não passa mais Van, porque a vicinal está interditada em 6 quilômetros, e ela tem mais de 50 quilômetros de extensão, ou seja, os alunos estão há 32 quilômetros e não vão mais para as escolas. Outra coisa, o que mais me entristece é o sistema que o Governo está usando na distribuição de obras para vereadores dos municípios. O Município de São Luiz tem dois vereadores, construtores, que não têm um carro de mão para carregar uma melancia e, no São João da Baliza, também tem quatro vereadores que estão hoje com as vicinais para reformar e não tem também uma picareta para fazer a manutenção dessas vicinais. Acho que as obras estão sendo distribuídas com irresponsabilidade, não sei por quem, se é pelos Secretários ou pelo Governador. O dinheiro vai ser gasto e as estradas não terão trafegabilidade porque os Vereadores não têm como fazer esse tipo de trabalho. Eles podem até lavar o dinheiro, mas construir não vão não, pois não têm estrutura nem material para efetuar esse tipo de serviço. Gostaria de pedir ao Deputado Chico Guerra, Presidente desta Casa, e ao Deputado Célio Wanderley, que pedissem ao Governador que tomasse mais cuidado quando fosse licitar e distribuir obras, porque os Vereadores têm que ir para o Legislativo legislar e não para serem construtores. Se quiser ser construtor, vá montar uma empresa, como eu, que tenho uma a vinte e seis anos, mas estou fora hoje do mercado de trabalho, pois tenho um mandato de Deputado Estadual. Não acredito que devemos usar a oportunidade de

ter um cargo para nos beneficiar financeiramente, e não era isso que queria pra mim. Por isso, insisto em pedir aos Deputados Chico Guerra e Célio Wanderley que peçam ao Governador para impedir imediatamente aquele tapa buraco no asfalto da BR-210, pois é tão pequeno o trecho. Então, que ele retire a camada de asfalto e faça a pavimentação, fica melhor, mais barato, melhor para transitarmos e ele já aproveita aquele aterro, aquela compactação para que possam ser concluídas as obras. Quero pedir também à Secretária de Educação para que entre em contato com a Secretaria de obras, solicitando que façam pelo menos uma frente de trabalho para tirar os atoleiros das vicinais para que os carros do transporte escolar possam trafegar e conseguir levar as crianças para as escolas. O mais triste, Deputado Chico Guerra, é o caso de uma senhora de 83 anos, lá da vicinal 34, no Caroebe. Ela me disse: “Deputado, infelizmente, enquanto nós tivermos colonos que vendam voto em troca de uma camisa, nós vamos morrer sem esperança neste Estado”. Essas foram as palavras dela e pelo que se vê, há muita gente que não reclama, morre como um carneiro, mas não pede ajuda de ninguém. E, nós temos que reclamar sim, para que o Governo faça, mas faça com qualidade, bote as pessoas para trabalhar. Como disse o Deputado Flamarion, queria que todos ganhassem dinheiro com determinação, muita alegria, mas que prestassem um bom serviço ao Estado. Nós temos denúncia, Deputado Chico Guerra, que as empresas que estão fazendo ponte no Estado de Roraima não estão usando madeira de lei, porque não há fiscalização, o que diminui a resistência das pontes. Então, Deputado Flamarion, peço que o Governo retome o serviço, mas com muito cuidado e com decência, para que possa servir à sociedade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua - Obrigado, Deputado Gabriel. Eu só queria ilustrar uma coisa. Deputado Ionilson, Vossa Excelência conhece bem a região. A ponte, na saída do Caroebe para o Entre Rios, está interdita, ela sofreu uma torção e a sua estrutura está comprometida. Mas aqui, Natanael, queria me dirigir a Vossa Excelência, ao Deputado Joaquim Ruiz, ao Deputado Xingu, ao Deputado Jean Frank, aos Deputados mais novos, pois em 2010, o Deputado Remídio Monai colocou uma emenda no orçamento do Estado para recuperar as vicinais XVII e XIX de São Luiz do Anauá. Colocou uma emenda assegurando recursos para esse fim e, hoje, estamos em pleno inverno de 2012 e a Secretaria ainda não inciou as obras, se é que vai iniciar, mesmo tendo essa emenda do Deputado que foi reeleito e que faz parte desta Casa.

Aparte concedido ao Deputado Ionilson Sampaio – Meu caro Deputado, acredito que há fiscalização. Esses contratos têm os fiscais responsáveis por eles no recebimento das obras. Então, essas pessoas que estão recebendo obras desse nível, asfalto se desmanchando com quatro, seis meses, têm que ser responsabilizados juntamente com as empresas. O problema é: quem está acompanhando isso? Há uma Comissão de Obras na própria Assembleia Legislativa, que tem que fazer a sua parte, que é a fiscalização dos gastos do Poder Executivo. Vamos chamar, se for necessário, o Secretário de Obras para que ele explique, inclusive, se tomou algumas medidas, algumas sanções em relação a essas empresas que estão fazendo obras de má qualidade, porque é muito fácil a dona da empresa ou a Secretária Adjunta dizer que fez aqui só a primeira camada, a qual está com buraco, mas é só a primeira camada. Estava me lembrando, meu caro Deputado, de um exemplo assim. Quando eu era estudante, lá em Recife, nós morávamos em uma república que tinha oito estudantes, contando comigo, éramos 09. Então, a gente cozinhava macaxeira em uma panela de alumínio para comer à noite e, essa panela furou e ninguém tinha dinheiro para comprar outra. Um colega disse que iria chegar o pai de um deles e perguntou o que iríamos servir se a panela estava furada. Um outro colega encontrou uma solução, pegou um parafuso e enfiou no fundo da panela, no buraco, e ficamos cozinhando macaxeira nela. Só que após cozinhar a macaxeira e servir para o pai do nosso colega, ficou umas duas macaxeiras pregadas no parafuso. Quero dizer, não tivemos como esconder que a panela estava furada. Assim é a questão desse asfalto, vão cobrir com uma camada aquilo que já está estragado e o que vai acontecer? Vai estragar também a camada superior. É preciso que a fiscalização desses contratos sejam eficientes, atuantes, que a Assembleia Legislativa também cumpra o seu papel de fiscalizar isso mais de perto. Acredito que muita coisa passa despercebida até pelo próprio Poder Executivo. Estava lembrando de algumas coisas que se comentava do Ex-Governador Ottomar, pois dizem que, às vezes, ele saía do gabinete e ia verificar a qualidade das obras. Talvez se tivéssemos, hoje, alguém que fizesse isso, não necessariamente o Governador, mas talvez, o próprio Secretário de Obras, ou mesmo os fiscais dos contratos,

se acompanhassem mais de perto essa execução, nós não tivéssemos obras de péssima qualidade sendo executadas em nosso Estado. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Flamarion, parabéns pelo seu pronunciamento, pelo conhecimento que o Senhor tem, em especial nessa área. Eu ainda enfatizo que é da maior importância a fiscalização feita por Vossa Excelência e pelos demais membros da Comissão desta Casa. Costumo dizer que esse tipo de asfalto é conhecido como asfalto sorrisal, aquele que nas primeiras chuvas se dissolve todo, fruto de um desserviço prestado ao povo do nosso Estado. Todos nós aqui sabemos, e os discursos são todos nesse sentido, que o setor produtivo do Estado de Roraima é prioridade, a agroindústria é a única saída para formar outra matriz econômica para gerar emprego e renda e que, precisamos valorizar o homem do campo. Esse é o discurso de todo político na campanha, na pré-campanha ou até depois de eleito, mas na prática, não vemos isso. E, digo isso porque o executivo tem a competência de ordenar despesas e gerir estrutura de criação de vicinais e até de asfaltamento de vicinais, mas faz as obras, de maneira a atender a necessidade do nosso povo, da nossa gente. É por isso que, em poucos meses, o asfalto se dissolve. É uma falta de respeito maior ainda do que não fazer nada, pois se tem que fazer, que faça bem feito. Infelizmente, os discursos não condizem com a prática e fatos como esses, estão tornando difícil a situação política de todos os políticos de Roraima, e não só os do poder executivo. Mas, quero pedir a Vossa Excelência que nessa reunião com a Doutora Rocheli, que é secretária adjunta do Estado, cobre aquela obra da Omerindo dos Santos, que está paralisada há meses e vem causando transtornos, não para aqueles empresários da Avenida Bandeirantes, mas para os donos de residência, pois deixaram uma vala de mais de metro, e pessoas já caíram dentro dessa vala. Esses dias o governo foi consultado, e disse que não é obra dele e nem da Prefeitura. Então, é de quem? Se não é do Estado e nem da Prefeitura, é uma obra do divino? Aquela obra é sim do Estado, é da Secretaria de Infraestrutura, da empresa Blocos que está sendo responsável por realizar aquele projeto e, é uma incompetência do Estado, porque não está pagando o empreiteiro e esse, não conclui a obra. Portanto, gostaria que Vossa Excelência cobrasse dela aqui, enfaticamente. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. Obrigado, Deputado Brito. Sou daqueles que defendem que o sol nasce para todos. Acho que as empresas tem que trabalhar e ganhar dinheiro, mas não podemos concentrar a realização das obras na mão de uma empresa que não tem uma infraestrutura, que não tem os equipamentos, que não tem condição técnica de tocar tantas obras. Vou citar aqui só uma empresa. “empresa pampulha”. Olha os contratos que ela tem. Restaura e conserva a BR-174 norte; trechos da BR-174 Sul, asfaltamento da 05 em Caroebe; asfaltamento da 37 em Caroebe e, agora, vimos seus equipamentos trabalhando na 210. Uma única empresa com cinco obras em locais distantes, locais que exigiram uma quantidade de equipamentos, uma estrutura extraordinária, mas ela não tem como fazer, não tem como ter cinco canteiros e cinco frentes com a estrutura que tem. Deputado Guerra, estou citando aqui a BR-174/Norte, a BR-174/Sul, o asfaltamento da 05, da 37 em Caroebe e, agora, da 210. É humanamente impossível essa empresa satisfazer todos esses contratos, enquanto há outras empresas que não têm nenhum. Por que tanto para uns e nada para os outros? As empresas que aqui estão, têm que ter oportunidade também de se desenvolverem, de prosperarem, e gerar riqueza. Essa concentração de obras nas mãos de uma só empresa é muito ruim. A firma CMT, Deputada Aurelina, fez contrato de água e esgoto de 360 milhões, tem 122 milhões da BR-174. Agora, sabe quem pegou a obra de Jatapu, Deputado Guerra? A CMT, 600 milhões em obras num Estado miserável desse na mão de uma empresa que a gente não sabe nem de onde veio. E, você vai lá e na na placa que vai em direção a Jatapú tem quatro responsáveis técnicos, um do CREA do Rio Grande do Sul, um do CREA do Rio de Janeiro, um do CREA de Brasília e outro do CREA do Maranhão, sequer há engenheiros de Roraima, mas na hora de votar, os eleitores são de Roraima. Obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais Oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 077/11, que institui o Programa Estadual de Alimentação Saudável no Estado de Roraima, e dá outras providências; de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 77/11, e do Parecer das Comissões, bem como das Emendas apresentadas.

O Senhor Deputado Chicão Da Silveira pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, nós tivemos a honra de ser o Relator da Matéria desse Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Brito Bezerra e, fizemos um substitutivo em decorrência da relevância dessa sua ideia. A Assessoria Jurídica emitiu o Parecer pela inconstitucionalidade da matéria, mas o nosso Parecer foi pela Constitucionalidade, legalidade e, pedimos a aprovação, após o Parecer da CCJ, onde o Deputado Rodrigo Jucá é o Presidente e eu o Relator. Ela foi encaminhada a outras Comissões Permanentes, à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Administração e Serviços Públicos, cujo Presidente é o Deputado Jean Frank e o Relator o Deputado Diego Coelho, que também foi pela Constitucionalidade e aprovação. Depois, foi encaminhada à Comissão de Administração, obras e serviços públicos, à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde, cujo Presidente é o Deputado Joaquim Ruiz, o Relator o Deputado Remido Monai, que também foi pela aprovação. Também foi encaminhada à Comissão de Defesa do Consumidor, que tem como Presidente, o Deputado Soldado Sampaio e Relator, o Deputado Gabriel Picanço, onde o Parecer também foi pela aprovação e, à última Comissão, a de Agricultura, Pecuária e Políticas Públicas, cujo Presidente é o Deputado Gabriel Picanço e o Relator o Deputado Erci de Moraes. Todas as Comissões foram pela aprovação, mas a Comissão de Agricultura e Pecuária, no Parecer do Deputado Erci de Moraes foi pela rejeição da matéria.

“Projeto de Lei nº 077/11, que institui o Programa Estadual de Alimentação Saudável no Estado de Roraima, e dá outras providências; de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra.

Parecer do Relator – o Relator constatou que se trata de Projeto de Lei relevante e de interesse social nobre, vez que busca contribuir para melhorar a alimentação da população infantil do Estado de Roraima. Por outro lado, segue os ditames ou a técnica legislativa da sua elaboração e conteúdo, entretanto, o projeto fica maculado pela forma de seu encaminhamento. Votamos, diante do exposto, pela não aprovação do Projeto de Lei, juntamente com suas Emendas e conclamamos aos nobres parlamentares o Parecer dessa Relatoria. (Sala das Sessões, 21 de março de 2011. Assinado, Deputado Erci de Moraes, Relator).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Antes de colocarmos em discussão a matéria, apenas para esclarecimento da leitura feito pelo Deputado Chicão, trata-se do Projeto de Lei nº 077/11, que institui o Programa Estadual de Alimentação Saudável no Estado de Roraima, e dá outras providências; de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra. O Projeto tramitou em todas as Comissões afins, obtendo voto favorável do Relator e aprovação nas seguintes Comissões: CCJ, Defesa do Consumidor, Educação e recebendo manifestação desfavorável por inconstitucionalidade pela Consultoria Jurídica desta Casa e pela Comissão de Agricultura.

Em discussão à Matéria.

O Senhor Deputado Erci de Moraes- Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso Parecer e calçado em cima de uma coisa, se não me engano esse Projeto é muito semelhante a outro que já teve Veto Governamental. Todo projeto que chegar com visto de iniciativa, até por uma questão de preservar a autoridade de governo, pois um governador não pode conviver com uma inconstitucionalidade flagrante, é só pelo título do Projeto, “Programa de Alimentação Saudável”, inconstitucional, porque não é possível que se faça um programa sem gastar recursos. Então, eu conversei com o Deputado Brito, entendo o corporativismo dos colegas em julgar constitucional nas outras Comissões, entendo a ânsia do Deputado Brito, considero a ideia relevante, mas o caminho para que possamos ter o poder de legislar não é esse, não é ficar todas as vezes afrontando o Governo com Projeto para que ele sancione. Quando o projeto é inconstitucional, há uma Consultoria Jurídica que não vai deixar passar, e há uma linha de conduta de um Governador que precisa se pautar pela legalidade. Então, por tudo isso, mantenho a minha posição de ser contra o projeto, mas me proponho a tentar negociar com o Senhor Governador para que o projeto seja transformado em Indicação, com o compromisso do Governador de mandar o projeto até com os mesmos termos, para não se perder a ideia que é boa. Então, é essa a minha posição. Não se trata de ser contra sem nenhum motivo, mas sim baseado nesse princípio. Não adianta esta Casa mandar projetos inconstitucionais para receber o veto do Governo.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Esse projeto não é o da regionalização da merenda escolar, logo, doutor Erci, não foi esse que recebeu o veto Governamental. Esse é o Programa que Institui a Semana da Alimentação Saudável, ou seja, didaticamente, gostaria que

as escolas da rede pública estadual levassem ao conhecimento de todos alunos a importância de ter uma alimentação saudável, de adquirir hábitos alimentares saudáveis, para que não venham, no futuro, a ter problemas de saúde. Na minha concepção, a escola tem a obrigação de transmitir aos alunos a importância de se alimentar corretamente. Portanto, o projeto é dessa natureza e tem esse propósito, e não é o de regionalizar a merenda, que foi o que recebeu o veto. Fica a critério da Mesa decidir o que fazer.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Na verdade, fica a critério do Plenário.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Quero cumprimentar Vossa Excelência pela ideia oportuna e relevante. Alimentação Saudável é qualidade de vida, significa saúde, sem dúvida alguma a pessoa que tem uma alimentação saudável vai aprender muito mais, e a intenção de Vossa Excelência é poder alcançar esse objetivo.

O substitutivo do projeto de iniciativa de Vossa Excelência, que gerava despesa ao Poder Executivo, foi retirado. Então, eu não vejo, Deputado Erci, nenhuma inconstitucionalidade na matéria, e é uma matéria importantíssima, principalmente para o ensino do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passaremos para a votação.

Informo aos Senhores Deputados que votaremos o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei que, na verdade, apenas suprime o Inciso III do Projeto Original, que tem o seguinte texto: manter junto as cantinas escolares, material informativo como cartazes e folders, visando inibir o consumo de produtos que possam fazer mal a saúde dos alunos. Então, esse substitutivo, na verdade, suprime esse inciso III, do art. 3º e também altera a redação do caput do artigo, estabelecendo que são diretrizes do Programa Estadual de Alimentação Saudável e segue os três incisos que permaneceram. Em votação o Projeto de Lei nº 77/2011.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem. Pediria para a liderança do Governo que se manifestasse para direcionar a votação.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em votação. A votação será nominal e eletrônica, nos termos do § 4º, do art. 232 do Regimento Interno. Comunico aos Senhores Parlamentares que têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto. Votando sim, os Deputados aprovam a proposição, votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede justificativa de voto – Senhores Deputados, é o terceiro mandato que estou exercendo nesta Casa. Sempre pautei minha conduta pela coerência e continuo afirmando que a não mudança do título do Projeto o fez tão inconstitucional quanto antes de o Deputado Chicão colocar sua emenda. Então, por isso, reafirmo tudo que disse na discussão e comunico que votarei de acordo com minha consciência, e coerência contrário ao Projeto.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Seguindo o Regimento, havendo o empate faz-se necessário o voto do Presidente, portanto, essa Presidência vai seguir o voto do relator da Comissão de Agricultura e da consultoria desta Casa que opinou pela inconstitucionalidade do Projeto. Dessa forma, declaro rejeitado, em turno único, por onze votos a dez, o Projeto de Lei nº 077/2011, que institui o Programa Estadual de Alimentação Saudável, e dá outras providências, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

Está encerrada a Ordem do Dia. Informo aos Senhores Deputados que nesta terça-feira haverá reunião das Comissões Permanentes, conforme deliberado anteriormente por este Plenário. Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, quero convidar todos os Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça, para que façamos uma reunião hoje, às dezesseis horas, na sala de reuniões do Plenário. Portanto, estão convocados os Deputados Flamarion Portela, Brito Bezerra, Jalsen Renier, Aurelina, Chicão e Vossa Excelência, Senhor Presidente, para termos quórum, pois, são diversos projetos a serem deliberados, o projeto de autoria do Deputado Brito e de outros Deputados, logo, conto com a presença de todos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, quero aqui convocar os membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo para nos reunirmos amanhã, às quinze horas, na sala de reuniões do Plenário, para deliberarmos sobre o Simpósio da Indústria, Comércio e Turismo que vai se realizar em agosto. Já convidei os segmentos da indústria e comércio do Estado para que possamos definir o esqueleto desse Simpósio, para que tenhamos a possibilidade de obter sucesso. Então, amanhã, à tarde, estaremos reunidos com várias autoridades do segmento da indústria, do comércio e do turismo do nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhor Presidente, gostaria de convocar também os membros da Comissão de Administração e Segurança Pública, os Deputados Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Dhiego Coelho e Remídio Monai, para uma reunião hoje, às quinze horas, com o Comandante da PM, Cel. Gleisson Vitória.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, queria convocar a Comissão de Infraestrutura, Transporte e Obras, para nos reunirmos, as dezesseis horas e trinta minutos, logo após a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, com o intuito de ouvir a Secretária Adjunta de infraestrutura, juntamente com o diretor de departamento de infra estrutura. Obrigado.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Quero fazer uso de Explicações Pessoais para, mais uma vez cobrar um Requerimento que foi assinado por um terço dos Deputados, sobre a abertura da CPI dos contratos de locação de veículos com o Estado de Roraima e todas as secretarias. Peço que façam valer o artigo 45 do Regimento Interno, pois já se passou mais de quinze dias, a Mesa Diretora tinha que deliberar essa matéria e fica feio para essa Mesa, os Deputados terem que cobrar ela faça o seu dever, que é colocar o Requerimento para que seja apreciado em plenário, para que seja colocado em votação. Fica muito feio perante as pessoas que estão no Plenário nos assistindo escutar toda vez essa cobrança, fica feio perante a imprensa aqui presente também, então, hoje, posso dizer que a Mesa Diretora está

deixando de cumprir o seu papel que é colocar esse requerimento em votação. Logo, peço ao Presidente da Assembleia que deixe de cozinhar o galo e coloque-o aqui para comermos. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Quero apenas informar que o pedido de abertura de CPI está tramitando nesta Casa, sob análise, para parecer jurídico da consultoria técnica legislativa.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Senhor Presidente, o pedido de CPI não precisa transitar em nenhuma comissão, a sua informação não está correta e nem precisa de parecer jurídico da consultoria, ele apenas tem que ser deliberado em Plenário, não precisa andar em nenhuma comissão.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para amanhã, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 23/05/12



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone: (95) 4009-5614